



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

### CONCLUSÃO

Em 08/10/2013 , faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0017300-72.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Sucessões**  
 Requerente: **Zeneide Santos Tiozzi**  
 Requerido: **Maria Benedita dos Santos**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Zeneide Santos Tiozzi** alega que Maria Benedita dos Santos faleceu em 24.7.2013, e deixou bens e herdeiros, assim como testamento público. Pede por sentença o registro, arquivamento e cumprimento do testamento. Documentos às fls. 5/7.

O MP manifestou-se a fl. 10.

### **É o relatório. Fundamento e decido.**

Maria Benedita dos Santos, mãe da requerente, faleceu em 24.7.2013, conforme fl. 5. Deixou bens a inventariar. Deixou o testamento público cuja cópia da escritura consta de fls. 6/7. A requerente fora nomeada pela testadora como testamentária (fl. 6v).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

Aparentemente, o testamento público não se ressentir de vício externo algum, que pudesse torná-lo suspeito de nulidade ou falsidade. Evidentemente, indispensável que se conheça a extensão dos bens deixados em decorrência do passamento da testadora, matéria a ser aferida no processo de inventário. Acolho o parecer do MP exarado a fl. 10, onde enfatizou terem sido cumpridas todas as formalidades legais, não se opondo ao registro e cumprimento do testamento.

**DEFIRO** o pedido inicial para, com fundamento no artigo 1.128, caput, do CPC, determinar que se cumpra o testamento público deixado pela falecida (fls. 6/7). A requerente será convocada pelo seu advogado para, em 5 dias contados da publicação no DJe desta sentença, comparecer em cartório e prestar compromisso de testamenteira, fornecendo-lhe certidão do respectivo termo. Assim que distribuído o arrolamento/inventário o cartório providenciará o apensamento deste àquele. As custas processuais já foram recolhidas.

P.R.I. e ao arquivo oportunamente.

São Carlos, 15 de outubro de 2013.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---